

**HABEAS CORPUS Nº 552.906 - MT (2019/0378587-8)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : RUBENS VENTURA**  
**ADVOGADO : RUBENS VENTURA**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PACIENTE : CARLOS ALEXANDRE SALDIVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em face de acórdão assim ementado (fls. 12-13):

HABEAS CORPUS – ROUBO MAJORADO, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E CORRUPÇÃO DE MENORES - PRISÃO PREVENTIVA – PRETENDIDA CONCESSÃO DA LIBERDADE - 1. AVENTADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO – INOCORRÊNCIA – DUALIDADE DE RÉUS – PACIENTE SEGREGADO DE PRAZO EM OUTRO ESTADO DA FEDERAÇÃO – PECULIARIDADES QUE JUSTIFICAM CERTO ELASTÉRIO NA MARCHA PROCESSUAL - 2. ALEGADA INIDONEIDADE – PRISÃO DA FUNDAMENTAÇÃO DISPENDIDA NO DECRETO CONSTRITIVO PREVENTIVA IMPOSTA PARA GARANTIR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL - SUJEITO QUE ESTAVA EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO – PERICULUM PREENCHIDO – LIBERTATIS 3. ALARDEADA ILEGALIDADE NO RECAMBIAMENTO – NÃO OCORRÊNCIA – DIREITO DO PRESO DE PERMANECER CUSTODIADO PRÓXIMO A SEUS FAMILIARES QUE NÃO É ABSOLUTO - CONVENIÊNCIA E INTERESSES DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – GARANTIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - DECISÃO DE TRANSFERÊNCIA IDONEAMENTE FUNDAMENTADA – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO – ORDEM DENEGADA.

1. Os prazos processuais penais devem ser analisados à luz do princípio da razoabilidade, uma vez que não se caracterizam pela peremptoriedade ou fatalidade, de modo que comportam dilações diante das vicissitudes do caso concreto, sem que haja ofensa ao princípio da razoável duração do processo; logo, não sendo demonstrada a desídia da acusação ou do d. magistrado na condução do feito e, ainda, ante às peculiaridades do caso em apreço, descabe falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo.

2. Resta devidamente justificada, na presença dos requisitos e pressupostos normativos dos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva, sob o fulcro da garantia da aplicação da lei penal, se as razões de decidir e os elementos de cognição amealhados aos autos do processo eletrônico dão conta de que o paciente evadiu-se do distrito da culpa para esquivar-se de sua responsabilização criminal, uma vez que tal situação causa tumultos na aplicação da legislação penal, o que torna irrelevante o fato de ele ostentar condições pessoais abonatórias, pois estas não possuem força

suficiente para afastar o periculum libertatis.

3. Diante da excepcionalidade da situação concreta e dos percalços que a manutenção do segregado enclausurado em comarca diversa daquela em que tramita o feito correlato, a periculosidade social dos pacientes, descabe considerar a ilegalidade da medida, haja vista o direito de o indivíduo permanecer custodiado próximo ao local em que residem seus familiares não ser absoluto, cabendo a análise do d. magistrado quanto à sua conveniência, harmonizando-a com os interesses da Administração Penitenciária e com a segurança pública.

4. Constrangimento ilegal não evidenciado. Ordem denegada.

O paciente foi preso preventivamente por infração ao art. 157, § 2º, I, II e V, c/c o art. 288, parágrafo único, na forma do art. 69, todos do Código Penal, e art. 244-B, da Lei n.º 8.069/90.

Em síntese, alega o impetrante excesso de prazo para realização de audiência de instrução e julgamento, e ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar.

Requer, inclusive em sede liminar, a concessão da liberdade provisória. Subsidiariamente, pleiteia responder ao processo na comarca de Serranópolis-GO, onde foi cumprido o mandado de prisão e onde vive sua família, em que pese os fatos imputados terem ocorrido em Rio Branco-MT.

Em petições acostadas às fls. 119-121, 150-154, 245-247 e 255-259, a defesa informa a ausência de localização do paciente, solicitando medidas a este Sodalício, aduzindo também nulidade da custódia por esta razão. Reitera os pedidos de concessão de liberdade e não-recambiamento.

Indeferida a liminar e prestadas as informações, manifestou-se o *Parquet* pelo não conhecimento ou denegação da ordem.

Na origem, o processo n. 1402-26.2013.8.11.0052 encontra-se concluso ao Relator, que em ato do dia 25/3/2020 intimou a defesa a manifestar seu interesse em realizar a instrução do feito sem a presença do réu, até seu recambiamento, conforme extraído do *site* do TJMT em 1/4/2020 (cópia do andamento processual encartada aos autos às fls. 275-325).

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva restou assim fundamentada (fl. 56):

Compulsando os autos, verifico que assiste razão o nobre representante do MPE (fl. 20), uma vez que os acusados não foram localizados para serem

citados (refs. 13 e 14), estando, assim, em local incerto e não sabido.

A fuga dos acusados do distrito da culpa, após a instauração do inquérito policial, é elemento suficiente para a decretação da prisão preventiva, tanto pela conveniência da instrução criminal como para garantir a aplicação da lei penal. [...]

Desta feita, não restam dúvidas de que os acusados estão fugindo do distrito da culpa. Logo, merece acolhimento o pedido do Parquet, pois, a prisão preventiva no presente caso é único meio hábil para viabilizar a instrução criminal, bem como para assegurar a aplicação da Lei penal.

Ante o exposto, com base forte no art. 312 e art. 313, do Código de Processo Penal, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA dos acusados CARLOS ALEXANDRE SALDIVA e ALCEMIR DA SILVA FERREIRA.

Como se vê, consta do decreto prisional fundamento válido, evidenciado na fuga do paciente do distrito da culpa, após a instauração do inquérito policial.

É pacífico o entendimento desta Corte Superior, que a fuga do distrito da culpa é fundamento válido à segregação cautelar, forte da asseguarção da aplicação da lei penal. Confira-se: RHC n. 52.178/DF – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe 2/12/2014; HC n. 289636/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 46439/PR – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze – DJe 2/5/2014; HC n. 261383/MG – 5ª T. – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/4/2014; HC n. 189212/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Marilza Maynard – Des. convocada do TJSE – DJe 12/12/2013. Em igual sentido a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, v.g.: HC n. 120794/MG – 1ª T. – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 8/5/2014; HC n. 115045/SP – 1ª T. – Min. Rosa Weber – DJe 23/4/2013; HC n. 111691/SP – 2ª T. – unânime Rel. Min. Gilmar Mendes – DJe 20/11/2012; HC n. 112738/SP – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 21/11/2012.

Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. De efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando a demora for injustificável, impondo-se a adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.

Sabe-se que os prazos fixados na legislação para a prática de atos processuais servem apenas de parâmetro, não podendo deduzir o excesso apenas pela soma aritmética dos mesmos.

Sobre o ponto, assim manifestou-se o acórdão combatido (fls. 16-19):

Verte dos autos do processo eletrônico que o paciente Carlos Alexandre Saldiva foi denunciado, nos autos da ação penal nº 1402-23.2013.811.0052

(cód. 32955), como incurso nas penas do art. 157, §2º, incisos I, II e V c/c art. 288, parágrafo único, ambos do Código Penal, na forma do art. 69 do Código Penal, e art. 244-B, da Lei n.º 8.069/90, pois teria, na data de 08/09/2013, por volta das 21h00min, na propriedade rural denominada Fazenda Santa Amália, localizada na Comunidade Pratinha, zona rural do município de Rio Branco/MT, teria, em concurso com outros codenunciados, restringido a liberdade das vítimas Maria do Rosário de Fátima Oliveira Farias, Leonardo Malaguti Pimenta, Antônio Freire de Farias e Eduardo Pimenta de Farias e subtraído para si, mediante grave ameaça exercida com emprego ostensivo de arma de fogo, coisas alheias móveis dos ofendidos, somando o montante aproximado de R\$231.120,00 (duzentos e trinta e um mil reais).

Consta das informações prestadas pela d. autoridade acoimada de coatora (ID 18481485 – Pág. 4), que foram confrontadas com uma consulta ao sistema informatizado desse eg. Tribunal de Justiça, que a exordial acusatória foi devidamente recebida na data de ocasião em 26/10/2016, que o d. magistrado da instância primitiva determinou a expedição de Carta Precatória à comarca de Porto Esperidião a fim de citar o réu, ora paciente, para que apresentasse resposta à acusação; contudo, esta tentativa restou infrutífera (ID 2800955 - Págs. 14/16).

Dando seguimento ao feito, em 20/06/2017, o i. representante do Parquet pugnou pela decretação da prisão preventiva do acusado, o que fora deferido pelo d. magistrado da instância singela, determinando-se a expedição do respectivo mandado de prisão no dia 05/12/2017.

Diante das dificuldades em dar cumprimento ao decreto de prisão por não ser possível localizar o réu, foi determinada em 10/02/2018 a realização de pesquisa no sistema INFOJUD a fim de localizar o endereço do denunciado, contudo, sem sucesso.

Na sequência, em 19/06/2018 o paciente foi preso na comarca de Serranópolis/GO pela Polícia Judiciária Civil, em cumprimento ao decreto segregatório e respectivo mandado de prisão, expedido pelo juízo da Vara Única da comarca de Rio Branco/MT.

Diante de tais fatos, no dia 26/06/2018, além de ser expedida Carta Precatória a fim de citar o acusado e regularizar sua prisão preventiva, foi oficiada a POLINTER, para que realizasse o recambiamento do preso para a comarca de Rio Branco/MT, onde tramita o feito originário.

Por motivos desconhecidos, a efetiva citação do acusado ocorreu somente em 09/04/2019, após o reenvio da missiva, oportunidade em que este além de afirmar não possuir advogado constituído, alegou ser hipossuficiente; e por não existir sede da Defensoria Pública na comarca originária apta a atendê-lo, foi nomeado em 02/08/2019 o i. Defensor Dativo, Dr. Rubens Ventura, para que patrocinasse a defesa do increpado.

Em continuidade, no dia 05/08/2019, o d. magistrado de primeiro grau designou audiência de instrução e julgamento para o dia 11/09/2019; contudo, considerando que o réu encontra-se recolhido em outro Estado da federação, o ato foi cancelado, o que levou a defesa a postular pedido de revogação da prisão no dia 12/08/2019, sob os argumentos da primariedade e bons antecedentes supostamente ostentados pelo paciente.

No entanto, o d. juízo singular indeferiu o pleito em 15/08/2019 sob os argumentos de que a segregação merecia ser mantida para acautelar a ordem pública, garantir a aplicação da lei penal e pela conveniência da instrução criminal; destacando que, a despeito dos argumentos vertidos pela i. Defesa, eventuais predicados pessoais abonatórios não tem o condão de conceder a almejada liberdade.

Após, em 17/09/2019 o d. magistrado da instância primitiva determinou o recambiamento do paciente para a Comarca de Rio Branco/MT, para que permaneça segregado neste local, impondo, ainda, que cumprida a determinação, seja providenciada a citação do acusado.

Pois bem. De proêmio, imperioso esclarecer que a prisão preventiva, cuja decretação só é permitida de maneira excepcional, não possui prazo de duração pré-definido, podendo persistir enquanto houver a sua indispensabilidade, desde que mantidos os requisitos e pressupostos legais que a autorizam (art. 312 e art. 313, ambos do CPP).

Todavia, é certo que não pode perdurar, superando os parâmetros da ad eternum razoabilidade e da proporcionalidade, sob pena de configurar verdadeira antecipação de pena, que é terminantemente vedada em um Estado Democrático de Direito.

Nessa toada, é necessário que se faça uma interpretação lógico-sistemática do aventado excesso de prazo, considerando as peculiaridades do caso concreto e as circunstâncias excepcionais que justificam o retardar do andamento do feito, uma vez que, consoante posicionamento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, “os prazos processuais não tem as características de fatalidade e improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos (HC 356.417/CE, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Rel. p/ Acórdão Ministro FELIX processuais” FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 22/11/2017).

Partindo de tais premissas e analisando a prova pré-constituída no presente remédio heroico, embora o paciente esteja com a liberdade restrita desde a data de 19/06/2018, ou seja, há mais de 01 (um) ano, não vislumbro motivos para, nesse momento, relaxar a sua prisão preventiva, porquanto não verifiquei manifesta ilegalidade imposta a ele em razão de abusiva e/ou injustificada demora no andamento processual por desídia da acusação ou descaso do d. julgador de 1º grau na condução do processo, ao revés, ao que tudo indica, ambos vêm se manifestando no feito sempre que necessário, dando o impulso essencial ao escorreito andamento da ação penal, com a tomada de medidas cabíveis e indispensáveis à fase procedimental.

Isso porque, desde que o magistrado de 1º grau tomou ciência do cumprimento do mandado prisional no Estado de Goiás vem diligenciando no processo originário, a fim de garantir o recambiamento do acusado para a Comarca de Rio Branco/MT, o que, conforme informou no writ, foi inclusive reiterado na decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória no dia 17/09/2019 (ID 18481485 – Pág. 8-9), a indicar a sua prontidão em proporcionar a regular tramitação do feito.

Sendo assim, não verifico irrazoabilidade alguma no tempo de duração do trâmite do feito correlato, principalmente porque trata-se de processual

processo complexo, que apura a prática dos delitos de roubo qualificado, associação criminosa e corrupção de menores, supostamente praticados por dois acusados, com defensores distintos; valendo destacar, ainda, que o mandado de prisão preventiva [decretada com a finalidade de capturar o acusado para que fosse citado] só foi cumprido 06 (seis) meses após sua decretação e em comarca totalmente distinta daquela em que tramita o feito, sendo necessária a expedição de inúmeras Cartas Precatórias para dar seguimento à marcha correlato processual, de modo que não me parece de todo desarrazoado o interregno de tempo para o trâmite da persecução penal judicial, pois tais fatores concretos justificam um maior elastério na instrução processual sem que se caracterize afronta ao princípio da razoável duração do processo.

Mesmo porque, em consulta ao sistema Primus, interno deste eg. Sodalício, constatei que em 26/09/2019 o d. magistrado a quo oficiou a comarca de Serranópolis/GO, solicitando a intervenção do juízo daquela urbe no processo de recambiamento do increpado, a fim de que seja tal ato realizado o quanto antes.

Ademais, a título de informação, destaco que em razão de não ter sido localizado para citação regular por encontrar-se em local incerto e não sabido, no dia 27/09/2019 foi realizado o desmembramento da ação penal em relação ao codenunciado Alcemir da Silva Ferreira, cujo processamento seguirá nos autos de n.º 2765-38.2019.811.0052 (cód. 61583); desta feita, não é despiciendo que o d. magistrado buscou dar mais celeridade ao feito, máxime com relação ao ora paciente, visto que já se encontra segregado, de modo que a não localização do corréu não mais influenciará no deslinde do processo crime que tramita em seu desfavor.

Em sendo assim, não há falar, ao menos nesse momento, em demora excessiva na condução da marcha processual, e, por tais motivos, diferentemente do sustentado pelo subscritor do remédio heroico, não encontro razões para, por ora, relaxar a prisão preventiva imposta ao paciente, pois as particularidades do caso em apreço justificam certo elastério no trâmite processual, que se encontra dentro dos limites da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista a complexidade do feito e a inexistência de desídia do Poder Judiciário ou do órgão de acusação.

Com isso, não configurada a coação ilegal no direito ambulatorial do paciente em razão do excessivo tempo que se encontra recolhido em cárcere provisório e, impede-se o relaxamento de sua prisão preventiva.

Do excerto e dos autos, colhe-se que os fatos imputados ocorreram em Rio Branco-MT em 8/9/2013. A denúncia foi oferecida em 18/7/2016 e recebida em 26/10/16, ocasião em que foi expedida precatória para citar o réu a apresentar resposta à acusação; a tentativa restou infrutífera.

A prisão preventiva foi requerida em 20/6/2017 e decretada em 5/12/2017. Em 10/02/2018 houve tentativa de localizar o endereço do paciente, também frustrada. A prisão se deu em 19/6/2018 em Serranópolis-GO. Em 26/6/18, foi expedida precatória para citação, e solicitado o recambiamento do

paciente para Rio Branco-MT. A citação efetivou-se em 9/4/2019. Ante ausência de advogado constituído e alegação de hipossuficiência, houve nomeação de defensor dativo em 25/4, sua renúncia em 5/6, outra nomeação em 27/6, renúncia em 4/7, e última nomeação em 2/8.

Em 5/8, a audiência de instrução foi definida para 11/9, cancelada em 8/8 e solicitado o recambiamento. Em 12/8, a defesa solicitou revogação da custódia, indeferida em 15/8. Pleito similar foi indeferido em 4/10. Em 19/12, a cadeia de Serranópolis-GO informou estar em curso o recambiamento do paciente para Mirassol D'Oeste-MT, em virtude do fechamento da unidade prisional de Rio Branco-MT. Em 22/1/2020, o presídio mato-grossense informou a não-apresentação do custodiado.

Como se vê, trata-se de feito com pluralidade de agentes - sendo que o desmembramento ocorreu em 27/9/2019 -, de paciente que inicialmente evadiu-se, sendo preso em comarca distinta, ensejando a expedição de diversas precatórias e necessidade de recambiamento. Ainda assim, verifica-se que autoridade judicial não esteve inerte em momento algum, sempre demonstrando seu interesse na conclusão da instrução processual, inclusive intimando a defesa a manifestar-se sobre a realização da audiência sem a presença do paciente, tudo em vista a otimizar a instrução processual.

Não constatada mora estatal em ação penal na qual a sucessão de atos processuais infirma a ideia de paralisação indevida da ação penal, ou de culpa do Estado persecutor, não se vê demonstrada ilegalidade no prazo da persecução criminal desenvolvida.

Quanto à localização do paciente e possibilidade de permanência na comarca goiana, verifica-se do andamento processual que o magistrado de piso vem tomando todas as medidas cabíveis à apuração do fato, conforme se vê da decisão à fl. 278:

Em relação ao pedido de "não recambiamento", postergo sua análise para um futuro próximo, visto que não há informações quanto à atual localização do acusado. Nesse sentido, assevero que nesta data (25/03/2020) entrei em contato com a cadeia pública de Mirassol D'Oeste, tendo recebido a informação de que CARLOS ALEXANDRE SALDIVA não encontra-se recluso lá.

OFICIE-SE ao juiz cooperador (processo nº 62218-23.2019.8.11.0000) e à corregedoria do TJGO (procedimento nº 201909000191709, PROAD nº 191709), solicitando informações URGENTES, no prazo de 05 (cinco) dias, quanto ao recambiamento de CARLOS ALEXANDRE SALDIVA (CPF: 055.998.971-76).

OFICIE-SE à SEJUDH, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, preste informações a respeito da atual localização de CARLOS ALEXANDRE SALDIVA (CPF: 055.998.971-76).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Desta maneira, não se vislumbra ilegalidade a ser sanada por esta Corte superior.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator